



Índice

- 01** [No AM, TRF nega pedido da PF e mantém índios em prisão temporária](#)
- 02** [MPF/AM recomenda melhorias no atendimento prestado pelos Dseis Alto e Médio Purus](#)
- 03** [Mulheres Guarani participam de oficina sobre práticas alimentares](#)
- 04** [MPF/RO esclarece sobre proibição judicial à abertura de estrada](#)
- 05** [Homem torturado em público na ditadura militar tem identidade revelada](#)
- 06** [Defesa Civil Nacional assegura apoio ao Acre em reunião com Tião Viana](#)
- 07** [Fronteiras de MS estão menos vulneráveis, afirma Regina Miki](#)
- 08** [Povo Ka'apor fecha o maior ramal de entrada de madeireiros em sua terra](#)
- 09** ["Não estamos brincando", diz Gilberto Carvalho](#)
- 10** ["A gente chora por dentro", diz lavrador ameaçado pela Funai no Maranhão](#)
- 11** [Para Puccinelli, solução definitiva para conflitos indígenas seria 'gol de placa' do governo federal](#)
- 12** [MPT e MPF processam União por terceirização em comunidades indígenas](#)
- 13** [Oi Futuro apoia orquestra indígena terena em Anastácio - Mato Grosso do Sul](#)
- 14** [Secretária se esquia sobre questões indígenas e diz que não veio para tratar assunto](#)



- 15** Comunidades ribeirinhas continuam sendo atingidas pela cheia do Madeira
- 16** Com mais de 3 mil atendimentos, Projeto Ribeirinho inicia etapa terrestre
- 17** Duzentos agentes comunitários indígenas de saúde serão formados hoje
- 18** Itinerância "Casas do Brasil - Barraca Cigana" apresenta o dia a dia do universo cigano em Olímpia
- 19** Flávio Arns anuncia escola quilombola em Adrianópolis
- 20** Revolta contra o racismo
- 21** Bolívia e Brasil vão analisar impacto de usinas no rio Madeira em inundações na parte boliviana da Amazônia
- 22** Bahia recebe 230 novos médicos cubanos
- 23** Conflitos fundiários e urbanos: "O Judiciário está sendo cada vez mais demandado"
- 24** "Direito ambiental internacional é uma questão geopolítica"
- 25** Dep. Édio Lopes (PMDB-RR) conversa sobre projetos indígenas
- 26** Abertas inscrições para formadores na Ação Saberes Indígenas na Escola
- 27** Juiz limita permanência de índios a 48h em cidade no interior do AM
- 28** Cacique Doble inaugurou Escola Infantil na Terra Indígena
- 29** Governador de Tocantins entrega patrulhas mecanizadas a comunidades indígenas
- 30** Inscrições para os 83 Grupos de Trabalho da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia terminam dia 10



No AM, TRF nega pedido da PF e mantém índios em prisão temporária

SÍTIO G1/AM, 06.03.2014

*Polícia Federal queria mudança de prisão temporária para preventiva.
Indígenas permanecerão presos por mais 30 dias durante novas diligências.*

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região indeferiu o pedido da Polícia Federal, que requeria conversão da prisão temporária para preventiva dos cinco índios suspeitos de matar três homens em terras indígenas Tenharim Marmelo em Humaitá, município do Sul do Amazonas a 590 km de Manaus. O judiciário acompanhou parecer do Ministério Público Federal (MPF) e prorrogou por mais 30 dias a prisão temporária dos indígenas.

O inquérito, que havia sido concluído pela PF, e o pedido foram entregues à 2ª Vara Criminal do TRF da 1ª Região, na capital amazonense, no dia 25 de fevereiro. Os dados das investigações e os requerimentos seguiram para o MPF-AM. Já no último dia 27, o procurador da República Edmilson da Costa Barreiros Júnior, do 2º Ofício Criminal, optou pela manutenção da prisão temporária dos índios por mais 30 dias.

O juiz Márcio André Lopes Cavalcante, da 2ª Vara Criminal Federal, acompanhou o parecer do Ministério Público e determinou que os indígenas permanecessem presos na modalidade de prisão temporária. A Justiça Federal também determinou que novas diligências fossem feitas e decretou o segredo de justiça do inquérito. Somente depois de realizadas as novas investigações o MPF-AM deve decidir se irá oferecer denúncia contra o grupo de índios.

Os cinco índios que estão presos são das aldeias Marmelo, Taboca e Campinho. Entre eles, segundo a PF, há um cacique da aldeia Taboca e dois filhos do cacique Ivan Tenharim, encontrado morto no dia 2 de dezembro de 2012. O grupo está preso temporariamente desde dia 30 de janeiro deste ano. Atualmente, os índios permanecem aguardando decisão da Justiça no Centro de Ressocialização Vale do Guaporé, em Porto Velho (RO).

Os índios são suspeitos de assassinar o vendedor Luciano Freire, o professor Stef Pinheiro de Souza e o funcionário da Eletrobras Amazonas Energia Aldeney Salvador.

Entenda o caso

Os três homens desapareceram no dia 16 de dezembro de 2013, quando viajavam de carro pela BR-230 (Transamazônica). Após quase dois meses de buscas, os corpos foram encontrados no dia 3 de fevereiro deste ano em uma cova de 1,80 metros, nas terras indígenas Tenharim Marmelo. A região fica localizada a 100 quilômetros de distância de Humaitá.

O desaparecimento dos três homens gerou revolta da população dos municípios de Humaitá e Apuí, e nos moradores do distrito de Santo Antônio do Matupi, em Manicoré. No dia 25 de dezembro do ano passado, moradores da região promoveram diversos protestos para cobrar agilidade da Polícia Federal em Rondônia (PF-RO), que foram responsáveis pelas buscas dos



desaparecidos. Os manifestantes chegaram a atear fogo em carros, barcos e nas sedes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e antigas instalações da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em Humaitá. No dia seguinte, policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Amazonas seguiram para o município.

Após os ataques, 143 indígenas foram abrigados no 54º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), em Humaitá. A Justiça atendeu ação do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) e os índios retornaram às aldeias seis dias depois com a escolta do Exército.

Apesar do reforço policial, o Sul do estado continuou registrando conflitos. Um grupo de madeireiros e fazendeiros ateou fogo em casas localizadas em uma aldeia indígena, situada na área do município de Manicoré.

A região recebeu mais reforço da Polícia Federal e homens da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) auxiliaram nas ações de segurança pública desencadeadas no Amazonas no mesmo período. O Exército e Polícia Rodoviária Federal (PRF) também apoiam as ações na região. Cerca de 400 homens atuaram nas operações.

A morte dos três homens teria relação com a cobrança de pedágio feita por indígenas em um trecho da Transamazônica, situado em uma área do Sul do Amazonas, região que passa por constantes conflitos. Para moradores do local, os crimes seria uma retaliação dos índios pela morte do cacique Ivan Tenharim, que teve o corpo encontrado na rodovia no início de dezembro de 2012. A polícia afirma que o líder indígena foi vítima de um acidente de trânsito. Já os índios acreditam que ele foi assassinado devido à cobrança de pedágio na área.



Boletim de Notícias - Edição nº 42./ 2014

Brasília, 07 de março de 2014.

MPF/AM recomenda melhorias no atendimento prestado pelos Dseis Alto e Médio Purus

SÍTIO PR/AM, 06.03.2014

Abastecimento regular de medicamentos e de água são algumas das providências a serem adotadas pelas unidades de saúde indígena

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) recomendou aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis) do Alto e Médio Purus que adotem uma série de medidas para garantir melhorias na prestação do serviço de saúde indígena nessas regiões. Os itens recomendados incluem manutenção de medicamentos em estoque, regularização do abastecimento de água e elaboração de cronograma para atendimento de equipe multidisciplinar em aldeias, entre outros.

Ao Dsei Alto Purus, a recomendação estipula que o órgão deverá assegurar medicamentos em quantidade suficiente para atendimento das comunidades da região. O MPF recomenda também à unidade de saúde indígena que inicie a revitalização e manutenção dos quatro sistemas de abastecimento de água existentes nas aldeias de Pauini e adquira, no prazo de seis meses, todos os sistemas de saneamento básico para atender às aldeias localizadas nos municípios de Pauini e Boca do Acre. Conforme o documento, a programação prevista para a construção de postos de saúde deverá ser observada.

O Dsei Médio Rio Purus também recebeu recomendação na qual o MPF requer a elaboração de um plano com cronograma de atendimento periódico às aldeias da região por equipes multidisciplinares de saúde, a ser apresentado em 30 dias. Durante a realização do projeto "MPF na Comunidade" no município de Lábrea, representantes do órgão colheram relatos de lideranças indígenas sobre o aumento da mortalidade infantil desde o início de 2013, devido à falta de atendimento nas aldeias. De acordo com a recomendação, o distrito também deverá realizar manutenção do poço artesiano na comunidade Crispin, cuja deficiência de estrutura já havia sido comunicada anteriormente e nada foi feito até a data da recomendação.

Em resposta ao MPF, responsáveis pelos dois Dseis já manifestaram a intenção de acatar o documento, mas ainda não apresentaram os planos recomendados. O MPF estabeleceu prazo de dez dias para nova manifestação dos órgãos.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Amazonas
(92) 2129-4743 / 4661
ascom@pram.mpf.gov.br
twitter.com/MPF_AM

Mulheres Guarani participam de oficina sobre práticas alimentares
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.03.2014



A atividade aconteceu na aldeia de Tenondé Porã, em São Paulo, e contou com a participação de mulheres de diferentes idades

Por Bianca Pyl, Comissão Pró-Índio de São Paulo

A Comissão Pró-Índio de São Paulo promoveu no último dia 22 de fevereiro a oficina Mulheres Guarani: refletindo sobre práticas alimentares na Terra Indígena Tenondé Porã, em Parelheiros, São Paulo. O principal objetivo dessa primeira atividade foi a promoção de reflexões sobre as práticas alimentares dos Guarani. A ideia é realizar outras oficinas sobre o tema em Tenondé e em outras aldeias no estado de São Paulo.

Ao todo participaram 16 mulheres de diferentes idades que cozinham pratos tradicionais – à base de milho, mandioca, farinha de trigo e fubá. Enquanto preparavam os alimentos, as mulheres debatiam diversos temas que estão relacionados com alimentação.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 42./ 2014

Brasília, 07 de março de 2014.

O tema das práticas alimentares possibilita inúmeras discussões, como garantia de acesso ao território tradicional, gestão territorial e acesso ao alimento. “É possível trabalhar também temas como a cosmologia, que engloba crenças, tradições e costumes de um povo, as transformações dos hábitos alimentares”, explica a antropóloga Vanessa Caldeira, que conduziu a oficina.

Durante a atividade, questões relacionadas com a saúde foram bastante citadas pelas mulheres, que explicaram para as jovens as regras de como comer para poder ter saúde física e espiritual. Além disso, a qualidade dos alimentos está entre as principais preocupações das mulheres.

A ideia da atividade surgiu para retomar o trabalho desenvolvido pela Comissão Pró-Índio de São Paulo de 2004 a 2006 com mulheres Guarani em todo o estado. Entre os principais problemas relatados durante as atividades, a garantia aos alimentos aparece com um desafio para os Guarani. Confira a publicação que é resultado destas atividades (http://www.cpis.org.br/pdf/CPI_MulheresGuarani.pdf).

Para a realização da oficina, a Pró-Índio contou com apoio financeiro da DKA-Áustria, Christian Aid e Size of Wales.



MPF/RO esclarece sobre proibição judicial à abertura de estrada

SÍTIO PR/RO, 06.03.2014

Decisão judicial que proíbe a abertura de estrada dentro do Parque Estadual de Guajará-Mirim deve ser cumprida, alerta MPF/RO

O Ministério Público Federal em Rondônia (MPF/RO) reafirma que não há possibilidade da abertura da estrada dentro do Parque Estadual de Guajará-Mirim, conforme nota divulgada no dia 26 de fevereiro. O órgão ressalta que este assunto foi amplamente debatido em processo judicial por entidades públicas e privadas, dentre eles o Estado de Rondônia e o Município de Nova Mamoré, bem como o próprio Ministério Público, tanto pelo Federal como pelo Estadual. No processo judicial foi emitida ordem para proibir qualquer ação no sentido de abrir estradas dentro do parque. A ordem está vigente, conforme alertou o MPF/RO, e foi confirmada e reiterada pelo desembargador presidente do TRF da 1ª Região.

O MPF/RO já se manifestou sobre este assunto no processo judicial, na época, de modo que neste momento reafirma que a decisão judicial deve ser cumprida. O órgão ressalta que respeita todas as opiniões, que podem ser favoráveis ou contrárias às decisões judiciais. No entanto, entende que no Estado Democrático de Direito, todos, inclusive os Poderes Públicos e o próprio Ministério Público, têm obrigação de respeitar e fazer cumprir as decisões do Poder Judiciário.

Para o órgão, aqueles que, legitimamente, não se conformarem com as decisões judiciais estabelecidas contra seus interesses devem buscar os meios e recursos que a legislação dispõe, na forma adequada e em tempo oportuno.

O MPF/RO afirma ter plena confiança nas entidades comunitárias e nos órgãos públicos estaduais e federais que desempenham suas funções no Estado de Rondônia e acredita que todos compreendem a importância de cumprir adequadamente as decisões judiciais.

Fonte: MPF/RO

Homem torturado em público na ditadura militar tem identidade revelada
SÍTIO CORREIO DO BRASIL, 06.03.2014



A Comissão da Verdade de Minas Gerais pode estar prestes a esclarecer um dos maiores mistérios envolvendo a ditadura militar e a população indígena

A Comissão da Verdade de Minas Gerais pode estar prestes a esclarecer um dos maiores mistérios envolvendo a ditadura militar e a população indígena. A descoberta de um vídeo mostra um homem sendo carregado por dois índios em um pau de arara, instrumento de tortura, durante uma parada militar nos anos 70, em Belo Horizonte. As imagens foram encontradas no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, em 2012, pelo pesquisador Marcelo Zelic, vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/SP.

O registro foi deixado pelo brasileiro descendente da Alemanha Jesco von Puttkamer. O fotógrafo, que já foi preso pela Gestapo, integrou uma expedição em busca de tribos indígenas isoladas no Brasil. Essa viagem lhe rendeu 43 mil slides, 2.800 páginas de diários de campo e 330 km de filmes na bitola 16mm.

Uma das gravações mostra a formatura da primeira turma de alunos da Guarda Rural Indígena (Grin). A unidade de segurança era uma estratégia do regime militar para continuar seus planos de expansão ao interior das reservas amazônicas e pantaneiras sem ceder às pressões externas. Já havia, na época, grupos que denunciavam mortes e até genocídio de indígenas pela ditadura. Na ocasião, 84 índios, originados dos povos xerente, maxacalo, arajá, krahô e gaviões aparecem, no vídeo de Jesco, desfilando em uma parada militar.

A cena mais misteriosa do material recuperado desvenda um fato não noticiado pela imprensa
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 42./ 2014

Brasília, 07 de março de 2014.

na época: soldados indígenas, visivelmente desconfortáveis com os uniformes, carregando um homem pendurado em um pau de arara. A cena ocorre diante de milhares de pessoas. O sujeito até então era desconhecido. A Comissão da Verdade de Minas Gerais, criada em setembro de 2013, pode estar próxima da resolução desse mistério.

Em texto na Internet, o fotojornalista Rodrigo Dias disse: "Com a palavra Márcio A. Lima: "Caro Aloísio Moraes. A partir da imagem pesquisei e localizei que cena é esta. Não menos terrível do que se parece, trata-se na realidade de uma demonstração de como torturar. Fez parte da Formatura da Guarda Rural Indígena montada pela ditadura em Belo Horizonte em 1970.

A festividade teve a presença do Governador Israel Pinheiro, do vice-presidente José Maria de Alckimim e do Ministro do Interior Costa Cavalcanti. Esta foto faz parte do vídeo do documentarista alemão Jesco von Puttkamer (1919-94) e doado em 1977 ao IGPA (Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás".

Estupros

O movimento policial indígena do Grin não durou muito tempo. Consta, em documentos, que alguns líderes indígenas acabaram acusados de estupro, assassinatos e roubos.



Defesa Civil Nacional assegura apoio ao Acre em reunião com Tião Viana

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 06.03.2014

O governador Tião Viana e a chefe da Casa da Civil, Márcia Regina Pereira, participaram nesta quinta-feira, 6, em Brasília, de uma reunião com a Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), na qual foi abordada a situação enfrentada pelo Acre com a cheia do Rio Madeira, que causa interrupção do tráfego de veículos na BR-364, no trecho que liga Acre e Rondônia.

Durante o encontro com o general Adriano Pereira Júnior, chefe da Defesa Civil Nacional, foi discutido um plano para manter o Acre abastecido com produtos de bens de consumo e perecíveis. Márcia Regina também ressaltou que foram desenhadas estratégias para o cenário de elevação do nível das águas do Rio Madeira.

Tião Viana frisou que o apoio do governo federal, por meio de órgãos e ministérios, tem sido fundamental para o Estado. Outro fator positivo apontado pelo governador são as constantes reuniões realizadas na sala de situação, que permitem ao governo do Acre se antever aos fatos.

O governador terá ao longo desta quinta-feira outras reuniões em Brasília para discutir mais ações relacionadas à cheia do Rio Madeira.

Fronteiras de MS estão menos vulneráveis, afirma Regina Miki

SÍTIO TRIBUNA MS, 06.03.2014

Secretária de Segurança Pública esteve em Campo Grande nesta quinta. Ela não quis comentar o conflito entre produtores e índios no estado.



As fronteiras de Mato Grosso do Sul, consideradas rotas nacionais para o tráfico de drogas e de armas no país, estão menos vulneráveis. A opinião é da secretária Nacional de Segurança Pública, Regina Miki, que participou de entrega de viaturas para as polícias civil e militar nesta quinta-feira (6), em Campo Grande.

Segundo ela, trata-se do reflexo dos investimentos feitos pelos governos federal e estadual no estado nos últimos anos. "O DOF [Departamento de Operações de Fronteira] de Mato Grosso do Sul é um orgulho, um exemplo nacional", disse.

O governador André Puccinelli (PMDB), que também participou do evento, avaliou que o trabalho policial no combate ao crime nas regiões das fronteiras com Bolívia e Paraguai em MS tem sido efetivo. "80% das apreensões feitas nas fronteiras foram feitas em MS", disse.

Segundo informações do governo do estado, foram entregues 78 novas viaturas para as polícias civil, militar e militar rodoviária, que serão destinadas para 22 municípios do estado.

CONT.



Ainda segundo informações divulgadas pelo governo, os veículos foram adquiridos com recursos do Ministério da Justiça por meio do programa Estratégia Nacional de Fronteiras (Enafron), da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Questão indígena

Durante o evento, Miki, que representou o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, foi questionada sobre o conflito agrário que envolve índios e produtores rurais na disputa por terras em MS. "Eu não vim para isso. Sou secretária de segurança pública, não posso me posicionar", declarou.

O Ministério da Justiça media um acordo entre as partes em relação à terra indígena Buriti, em Sidrolândia, onde um indígena de 36 anos morreu, em maio de 2013, durante reintegração de posse em uma fazenda.

No dia 27 de fevereiro, o assessor especial do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga, esteve em Campo Grande para uma reunião que definiu um cronograma para solução do caso até junho de 2014. Desde 2013, a União afirma que pretende indenizar os 30 donos das propriedades rurais na região, que serão desapropriadas em favor dos indígenas. A medida é vista como saída para o problema.

Após o encontro ficou estabelecido que entre 6 de março e 6 de abril serão feitas conversas individuais com fazendeiros sobre os valores das propriedades. A segunda etapa deste processo ocorre entre 6 de abril e 6 de maio, período que a Fundação Nacional do Índio (Funai) terá para se pronunciar sobre o processo. O prazo para solução é até 6 de junho.



Povo Ka'apor fecha o maior ramal de entrada de madeireiros em sua terra

SÍTIO CIMI, 06.03.2014

Mesmo com uma determinação judicial de instalar Postos de Vigilância na Terra Indígena (TI) Alto Turiagu, no Maranhão, o povo Ka'apor continua vendo o descaso dos órgãos responsáveis pela proteção Territorial e Ambiental dos territórios indígenas. Há dois anos o povo Ka'apor decidiu proteger sua floresta visando a permanência de gerações futuras no território, como afirmam: "Jande ruhã ha ka'a rehe" (Nossa floresta é nosso plano de vida).

Continuam realizando monitoramento territorial e ambiental com a autoidentificação dos marcos demarcatórios/limites, limpeza dos limites, autovigilância com retirada de invasores e posseiros, que mantinham roças dentro da área, e a retirada de madeireiros. Com a criação do terceiro Ka'a sak ha, áreas de proteção ambiental, dão continuidade à defesa de seu território e da floresta.

Neste último dia 03 de março, cerca de 100 Ka'apor (homens, jovens, mulheres e crianças) desarmaram pessoas e fecharam o maior e mais movimentado ramal de entrada de madeireiros em seu território, conhecido como "80", no município de Maranhãozinho. Conseguiram fazer de forma organizada, com a presença de indígenas de todas as aldeias Ka'apor, o que o Ibama, o Exército e a Funai não conseguiram fazer em duas operações no ano de 2013.

Com a organização interna, as famílias estão conseguindo proteger e circular livremente pelos limites em busca de alimento (caça, peixe, frutos e outros alimentos da época das intensas chuvas). Tais ações são demonstrações da inoperância do Estado em garantir a defesa e proteção dos territórios indígenas no Brasil, de que devem realizar consultas prévias aos Povos Indígenas em qualquer ação de governo, e da maturidade dos povos indígenas no exercício de sua autonomia.



"Não estamos brincando", diz Gilberto Carvalho

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 06.03.2014

O ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência diz que está sendo vítima dos opositores da causa indígena e que a "desintrusão" da área demarcada pela Funai para índios Awá-Guajá, no Maranhão, será uma batalha difícil: "Não estamos brincando. Não pode ser um ato público. Uma coisa é a retórica e outra é a prática. Estamos sendo vítimas dos que são contra a causa indígena. Não sabem a guerra que foi enfrentar a demarcação de Raposa Serra do Sol. Agora os awá-guajá, que será uma batalha difícil. Mas tem coisa que, se esse governo não resolver, outros não resolverão", disse Gilberto Carvalho em agosto do ano passado.

Sob a égide do PT o Estado brasileiro já expulsou agricultores da Raposa Serra do Sol, da Apyterewa, da Caramurú, da Suiá-Missu e agora da Awá-Guajá.

Veja a tal batalha difícil que o Governo está travando no Maranhão contra pequenos agricultores e longe dos olhos da imprensa:



"A gente chora por dentro", diz lavrador ameaçado pela Funai no Maranhão
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 06.03.2014

equenos agricultores do Maranhão discutem as ampliações de terras indígenas pretendidas pela Funai no sul do estado. Além de Amarante, agricultores familiares do município de Fernando Falcão podem perder as terras com os processos de ampliação que tramitam na Funai.

A questão foi tratada na semana passada em reunião realizada na cidade de Barra do Corda, onde estiveram presentes o secretário adjunto de Agricultura, Raimundo Coelho de Sousa, que também é vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Maranhão (Faema), agricultores familiares, secretários municipais de Agricultura, vereadores dos municípios da região e também o advogado e assessor técnico da CNA, Rudy Ferraz, que deu orientações e esclarecimentos aos agricultores familiares.

O encontro foi promovido pelo Sindicato dos Produtores Rurais de Barra do Corda e pelas secretarias municipais de Agricultura de Barra do Corda e Fernando Falcão. Na reunião, realizada na Academia Barracordense de Letras, autoridades e produtores demonstraram grande preocupação com a sobrevivência das famílias longe de suas terras.

"99% das famílias atingidas vivem da roça e a sede do nosso município não tem como suportar estas pessoas", declarou o secretário municipal de Agricultura de Fernando Falcão, João Carlos Almeida Santiago. "A convivência entre índios e não índios é pacífica, mas os índios estão começando a ficar com medo de represálias", acrescentou João Carlos.

Ampliações ilegais

Aproximadamente 90% das duas áreas já demarcadas para os índios Canelas estão situadas no município de Fernando Falcão e os outros 10% nas cidades de Formosa da Serra Negra e Grajaú. As duas áreas juntas têm mais de 200 mil hectares.

No caso da Aldeia dos Porquinhos, que tem 80 mil hectares já demarcados, a Funai pretende ampliar em mais 221 mil hectares. Com a nova demarcação, a área total da reserva será de 301 mil hectares. A outra reserva ainda está sendo estudada pelos antropólogos contratados pela Funai.

As ampliações de terras indígenas foram consideradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal no acórdão do julgamento da Petição 3388 que tratou da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Mesmo assim, a Funai continua dando andamento aos processos de ampliação.

Em Fernando Falcão, o lavrador José Francisco Gomes Barbosa, 49 anos, que mora no povoado Buriti Velho, disse que todos estão apreensivos com esta questão fundiária. "A gente chora por

CONT.



dentro. De que nós vamos viver e como vamos viver? É lá que nós plantamos o arroz, milho, mandioca, o feijão e a fava”, disse ele.

Outras necessidades

Segundo os agricultores, os próprios índios da região afirmam que não precisam de mais terra. Como prova disso, os advogados Heli Dourado e Wilson Azevedo, incluíram na petição solicitando a suspensão do processo de re-demarcação, datada de 15 de outubro de 2007, uma cópia de declaração assinada por líderes da Aldeia dos Porquinhos, feita no dia 5 de outubro de 2007, na qual o cacique Osmar Caukré Canela, o vice cacique Neuton Ribeiro Jarito e demais lideranças, entre eles, Manoel Luis Ribeiro Mampo, afirmam isso.

No documento, eles atestam “que estão satisfeitos com a área já demarcada pela Funai e que nela existem caças, peixes e todas espécies de bichos comuns na região, existindo também muitas matas virgens e imensas áreas para se fazer roças. A Aldeia não tem necessidade de ampliar suas terras. Precisamos de médico, remédios, escola boa e estradas em nossas terras, para melhorar a vida de todos na nossa Aldeia”. Atualmente, o processo da Funai solicitando a ampliação da reserva indígena dos Canelas está no Supremo Tribunal de Justiça.

O secretário Raimundo Coelho de Sousa afirmou que tentará intervenção governamental na questão. “Solicitamos aos produtores e secretarias municipais de agricultura que oficializem o pedido ao Governo do Estado para que estas terras não sejam ampliadas. Esse pedido também será encaminhado ao ministro da Justiça, durante sua visita ao Maranhão, prevista para acontecer ainda este mês”, informou ele.

No encontro com o ministro, deverá ser tratada também a questão fundiária do município de Amarante. Lá, atualmente, a reserva dos índios Gaviões ocupa uma área de 54% (42.054 hectares) dos 7,6 mil quilômetros quadrados do município. A ampliação atinge uma área de 200.000 hectares, que ocupará 74% de Amarante, atingindo cerca de duas mil propriedades rurais, onde vivem 20 mil famílias.



Para Puccinelli, solução definitiva para conflitos indígenas seria 'gol de placa' do governo federal

SÍTIO NOTICIDADE, 06.03.2014

O governador André Puccinelli disse, durante agenda na manhã desta quinta-feira (6) que a solução do conflito sobre a demarcação das terras indígenas em Mato Grosso do Sul seria um "Gol de placa" para o governo federal. A fala foi feita durante a entrega de viaturas da segunda etapa do programa Estratégia Nacional de Fronteiras (Enafron).

De acordo com o governador, ele vai se dispõem a colocar a mão no bolso e pagar a diferença entre o que o governo federal ofereceu pelas benfeitorias na terra e o que os fazendeiros querem.

"É pouca diferença (entre o que o governo que pagar e o que os fazendeiros pedem). O governo quer pagar R\$117 milhões e eles querem R\$ 120 milhões. Se preciso for eu pago a diferença de R\$ 3 milhões para colocar os índios definitivamente como povo brasileiro", falou.

Para Puccinelli a solução definitiva do conflito das demarcações das terras indígenas no Estado seria um "gol de placa" para o governo federal.

"O governo federal entendeu que os valores colocados estão inflaestimados está disposto a mudar. Já começou bem, disseram que pagariam com precatórios da união e os precatórios não tem fila nenhuma, então em 2015 os produtores já receberiam. Então já houve adiantamento, mas não tem solução final. Eu creio que está próximo de acontecer, não está tão longe. Seria gol de placa. Gol de placa se chuta fora do gol?"

Benfeitorias

A finalidade do governo federal ao avaliar as propriedades, que somam aproximadamente 15 mil hectares, é entregar a área para a Fundação Nacional do Índio (Funai), para ampliação da Aldeia Buriti de dois mil para 17 mil hectares.

Na região de Sidrolândia são 30 propriedades envolvidas na avaliação conduzida pelo Incra, Funai e Secretaria do Patrimônio da União (SPU). As autarquias avaliaram as benfeitorias e a área em R\$ 78,5 milhões, aproximadamente R\$ 5,5 mil por hectare.

Mídia Max



MPT e MPF processam União por terceirização em comunidades indígenas

SÍTIO CONTRAF CUT, 06.03.2014

O Ministério Público do Trabalho (MPT) no Distrito Federal e Tocantins e o Ministério Público Federal (MPF) ajuizaram pedido de execução judicial contra a União pelo descumprimento de acordo que previa o fim de terceirizações irregulares na contratação de pessoal na área de saúde em comunidades indígenas.

O documento também requer cobrança de multa no valor de R\$ 326,9 milhões - a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) -, abertura de concurso público com, no mínimo, 4.041 vagas e a homologação do resultado até 30 de junho de 2014.

Para que o serviço não seja prejudicado no período entre o fim da terceirização e a contratação mediante concurso, o Ministério Público pede que seja formalizado o vínculo direto dos atuais trabalhadores, inclusive dos agentes indígenas de saúde e de saneamento. A medida, de caráter temporário e de excepcional interesse público, é prevista no artigo 37, IX, da Constituição Federal.

Entenda o caso

Em julho de 2007, o MPT ajuizou ação civil pública a fim de que a União cessasse a terceirização ilícita na prestação de serviços de saúde às comunidades indígenas. Após negociação, em julho de 2008, foi firmado acordo em que a União se comprometeu a modificar gradativamente, até junho de 2012, seu quadro de pessoal, substituindo terceirizados em situação irregular por funcionários contratados por concurso.

A União descumpriu o acordo e em julho de 2012 foi assinado termo aditivo. União tinha até dezembro de 2012 para realizar o concurso público, cujas nomeações deveriam ocorrer paulatinamente até dezembro de 2015. Também deveria formalizar o vínculo direto de 6.098 agentes indígenas de saúde e agentes indígenas de saneamento (2.632 até dezembro de 2013, 1.264 até dezembro de 2014, e 2.202 até dezembro de 2015). Devido a alterações posteriores nas regras do certame, em 18 de dezembro de 2012, um segundo aditivo foi firmado, revendo a parte do cronograma especificamente vinculada ao concurso.

Todavia, conforme a ação, a União "tem-se mostrado contumaz na conduta de descumprir os preceitos constitucionais", "não tomou nenhuma providência para a realização do concurso" e "confessa que não tem pretensão" de realizá-lo, sob pretexto de "elaborar 'um arranjo institucional jurídico'". Além disso, "também descumpriu a obrigação de contratar, até 31/12/2013," 2.632 agentes indígenas de saúde e agentes indígenas de saneamento.

Fonte: MPT

Oi Futuro apoia orquestra indígena terena em Anastácio - Mato Grosso do Sul
SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 06.03.2014

Alunos da etnia terena de escolas públicas de Aquidauana e Anastácio recebem aulas de teórica e prática de instrumentos de percussão, sopro e violão durante dez meses. Projeto TekoArandú, do Instituto Ressoarte, foi um dos selecionados pela 9ª Edição do Programa Oi Novos Brasis.



Campo Grande, 6 de março de 2014 - O Oi Futuro, instituto de responsabilidade social da Oi, em parceria com o Instituto Ressoarte, apoia o projeto 'Orquestra Indígena TekoArandú', que fundou uma orquestra indígena de metais e percussão com a participação dos alunos terenas e também de escolas públicas de Anastácio e Aquidauana, no Mato Grosso do Sul. O objetivo é promover a diversidade e visibilidade da identidade cultural dos povos indígenas desta etnia.

A orquestra é formada por 50 alunos da comunidade indígena Aldeinha e da rede pública de ensino, que recebem oficinas de formação musical teórica e prática de instrumentos de percussão e sopro. As aulas possuem duração de dez meses e tiveram início em novembro. Além da orquestra, são ministradas oficinas de violão para 25 alunos pelo mesmo período, beneficiando um total de 75 jovens. Também são oferecidas oficinas de musicalização para 125 crianças nas aldeias de Aquidauana/MS. Ao término do projeto serão realizadas apresentações em seis comunidades indígenas: as aldeias Aldeinha, Lagoinha, Limão Verde, Bananal, Água Branca e Ipegue.

O apoio do Oi Futuro possibilitou a aquisição de 50 estantes para partituras e 32 novos instrumentos musicais, que foram acrescentados ao acervo do Instituto RessoArte para oferecimento das aulas: 4 tubas, 8 trompetes, 8 trombones, 4 Flugelhorn, 4 Euphoniums, 2 Quintotons e 2 liras.

CONT.



Além da orquestra indígena, em 2013 no estado do Mato Grosso do Sul, o Oi Novos Brasis apoiou o projeto Oficina Panificadora, da Sociedade Eunice Weaver de Campo Grande, que capacitou 40 adolescentes na área de panificação para geração de trabalho e renda. Em 2012, o Oi Futuro apoiou também o projeto Núcleo Tecnológico, do Moinho Cultural em Corumbá, que ofereceu aulas de fotografia, produção fonográfica, processo criativo, e de captação e edição de imagens para os integrantes do núcleo e de escolas públicas de Corumbá e Ladário.

Construindo Novos Brasis

O Oi Novos Brasis é um dos principais programas do Oi Futuro. Desde a sua criação, em 2004, o programa já apoiou 141 projetos, sem considerar os selecionados da nona edição. Foram beneficiadas mais de 100 mil pessoas, entre populações tradicionais, jovens rurais, pessoas com deficiência, mulheres empreendedoras e comunidades que lutam para preservar suas culturas, ratificando a importância da valorização da diversidade sociocultural brasileira.

Sobre o Oi Futuro

O Oi Futuro é o instituto de responsabilidade social da Oi, que emprega novas tecnologias de comunicação e informação no desenvolvimento de projetos de educação, cultura, esporte, meio ambiente e desenvolvimento social. Desde 2001, suas ações visam democratizar o acesso ao conhecimento e reduzir distâncias geográficas e sociais, com especial atenção à população jovem.

Na educação, os programas NAVE e Oi Kabum! usam as tecnologias da informação e da comunicação, capacitando jovens para profissões na área digital, fornecendo conteúdo pedagógico para a formação de educadores da rede pública, e fomentando o desenvolvimento de modelos inovadores. Já na área cultural, o Oi Futuro mantém dois espaços culturais no Rio de Janeiro (RJ) e um em Belo Horizonte (MG), com programação nacional e internacional de qualidade reconhecida e preços acessíveis, além do Museu das Telecomunicações nas duas cidades.

O esporte é apoiado através de projetos aprovados pelas Leis de Incentivo ao Esporte, tendo sido a Oi a primeira companhia de telecomunicações a apostar nos projetos socioeducativos inseridos na Lei Federal. O programa Oi Novos Brasis completa seu escopo de atuação, reafirmando o compromisso do Instituto no campo da sustentabilidade, com o apoio e o desenvolvimento de parcerias com organizações sem fins lucrativos para a viabilização de ideias inovadoras que utilizem a tecnologia da informação e comunicação para acelerar o desenvolvimento humano.

Sobre o Instituto Ressoarte

O Instituto RessoArte é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem como sua missão principal a construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável. Seu foco é incidir em espaços de discussão sobre políticas públicas e ações para o desenvolvimento local, com ênfase nas áreas da Cultura da Infância, Cultura de Paz, formação profissional e tecnológica e socioambiental, promoção do desenvolvimento econômico, do voluntariado, da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 42./ 2014

Brasília, 07 de março de 2014.

ética e dos direitos humanos por meio de uma gestão compartilhada e participativa (estado-sociedade civil), visando promover formação cívica, educacional e cultural aos seus participantes. O Instituto desenvolve suas ações há cinco anos nos municípios de Anastácio e Aquidauana/MS, situados a 125 km da capital Campo Grande (MS).

O Instituto de Arte, Cultura e Desenvolvimento – RessoArte, tem por missão: promover o desenvolvimento sócio-cultural do ser humano por meio da arte e todas as suas formas de expressão, atuando nas interfaces da música, dança, teatro, audiovisual, patrimônio material e imaterial, culturas populares e digital, consoante versa a Convenção da Unesco para Promoção e Proteção da Diversidade Cultural.

Nesse sentido, o Instituto materializa seus objetivos sociais através de projetos articulados em núcleos de intervenção, sendo eles o Núcleo de Artes RessoArte, Núcleo de Assistência Social, Núcleo de Formação Profissional e Tecnológica e Núcleo de Educação Inclusiva que beneficiam diretamente 120 pessoas dentre crianças, adolescentes e adultos.

Assessoria de Comunicação



Secretária se esquivava sobre questões indígenas e diz que não veio para tratar assunto
SÍTIO CAPITAL NEWS, 06.03.2014

A secretária Regina Miki, titular da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), que veio à Capital para participar da solenidade de entrega de viaturas, armas e equipamentos a 22, na manhã desta quinta-feira (6), se esquivou ao ser questionada sobre o impasse entre produtores rurais e indígenas no Estado.

“Não vim para tratar disso, não dirijo a Fundação Nacional do Índio (Funai), mas posso garantir que o enredo caminha para um bom resultado. Mas essa é uma questão do Ministério da Justiça e não da Senasp”, enfatizou.

Pouco antes da solenidade, o governador do Estado André Puccinelli (PMDB), disse durante assinatura de convênios no Hospital Regional, que o valor de indenização dos produtores ainda não foi definido, no entanto.

“O Governo Federal marcaria gol de placa adquirindo as propriedades pelo preço justo e indenizando as benfeitorias de forma justa, rápida e a vista. Eles já chegaram à conclusão de que não vão conseguir comprar por R\$ 78 milhões, mas também não acordaram o preço”, declarou.

Ainda sobre o assunto, o chefe do executivo estadual afirmou que o Governo Federal não deveria fazer diferença entre indígenas e não indígenas e que o tratamento tinha que ser igual sem “privilégios”.

“Deveria criar políticas públicas para que eles não ficassem aculturados e fossem brasileiros de fato e de direito. Isso resolveria o imbróglio e iria parar na Organização das Nações Unidas (Onu)”, ressaltou.

Na última quinta-feira (27), o representante do Ministro da Justiça, Marcelo Veiga, esteve presente em uma reunião com o governador e os produtores rurais que tiveram as propriedades ocupadas por indígenas na região Buriti.

Mesmo sem a confirmação do valor da indenização pelas terras, os produtores e advogados demonstraram otimismo e ganharam mais um prazo estipulado para contrapor os laudos técnicos apresentados pelo Insitituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Fundação Nacional do Índio (Funai), afim de provar o valor da área.

Conforme o que ficou acordado durante a reunião, os produtores terão até 6 de abril para apresentar o contra-laudo. Após essa data os estudos serão analisados e a questão deve ser definida até seis de junho.



Comunidades ribeirinhas continuam sendo atingidas pela cheia do Madeira

SÍTIO G1/RO, 06.03.2014

Nos distritos do Baixo Madeira, igarapés e lagos se misturem ao rio. Casas estão debaixo d'água e animais ilhados. Milhares saíram de casa.

As comunidades ribeirinhas de Porto Velho continuam sofrendo os impactos com a cheia histórica do Rio Madeira em Rondônia. Milhares de pessoas tiveram que sair de casa, expulsas pelas águas do rio. A Defesa Civil esteve em Calama e Demarcação, distritos localizados no Baixo Madeira, a enchente faz com que igarapés e lagos se misturem ao rio, o que torna impossível calcular o prejuízo ambiental causado. Casas estão debaixo d'água e animais ilhados. Nesta quinta-feira (6), a cota do rio já atingiu 18,87 metros, já ultrapassando em mais de um metro o registro de 1997, de 17,52 metros, quando ocorreu a maior cheia do Madeira. Mais de 2 mil famílias já saíram de casa por causa da enchente.

Calama é o maior distrito da região do Baixo Madeira e um dos mais distantes. Saindo de Porto Velho, são oito horas de barco. Em linha reta seriam 120 quilômetros. O distrito fica num lugar bem alto, mas mesmo assim não escapou dos impactos do Madeira. A água invadiu casas próximas ao rio e a lagos, que também transbordaram. "Nós temos aqui 367 famílias no momento desalojadas, que saíram das suas casas. Nós estamos atendendo, na medida do possível, com cestas, com água", diz Priscila Pantoja, administradora de Calama.

Na comunidade, cemitério está completamente alagado. As crianças passam de canoa em meio as sepulturas. Moradores dizem que a água que sai de poços artesianos está contaminada. Eles já sofrem as consequências de conviver neste ambiente. "Tudo contaminada, o cheiro muito forte, coceira demais nas pernas. A gente não pode ir na água que é preciso passar álcool nas pernas", afirma a moradora Sinalúcia Gomes da Silva.

Parte das famílias foi abrigada na escola que ainda está em área seca. Gente que está vivendo de doações. Pelo menos três barcos ficam ancorados ao longo do Baixo Madeira. Eles funcionam como bases. Recebem produtos que vêm de outras embarcações e distribuem às famílias necessitadas. São cestas básicas, água mineral e até mosquiteiros.

A aposentada Auta Castro Rosas, de 72 anos, sempre morou na região ribeirinha. Ela conta que nunca havia sido expulsa de casa pelo Madeira. Agora está na casa da filha. "Aguentei quando a água chegou na porta. Aí eu falei para o meu filho que morava comigo: 'Eu vou me mudar porque eu não aguento mais ficar em cima d'água'", lembra a aposentada.

Em Demarcação, distrito próximo de Calama, dezenas de famílias tiveram que desocupar as casas. A Defesa Civil está providenciando até barracas como para alojar quem ainda não conseguiu abrigo. "Deve aumentar um pouquinho esse número ainda. Mas a ideia agora é a fase assistencial mesmo. Manter a pessoa abrigada, em condição segura", garante o coronel Lioberto Caetano, coordenador da Defesa Civil Estadual.



Com mais de 3 mil atendimentos, Projeto Ribeirinho inicia etapa terrestre
SÍTIO OLHAR DIRETO, 06.03.2014

A etapa terrestre do Projeto Ribeirinho Cidadão será iniciada a partir desta quinta-feira (6) nas comunidades de Sangradouro, Garimpo do Jatobá, Lambari, Ribeirão da Estiva, Lajes e Vila dos Mendes, no Município de Poconé (distante 104km a sul de Cuiabá).

Até o momento cerca de três mil pessoas foram atendidas em dezenas de localidades e vilas espalhadas ao longo da região Pantaneira, abrangendo ainda os Municípios de Barão de Melgaço e Santo Antônio de Leverger.

“Até agora obtivemos sucesso, tendo em vista os anseios da população por melhores condições de vida, saúde e educação, princípios para o verdadeiro resgate da cidadania e dignidade. Esse ano, com a ajuda da Marinha do Brasil, nosso público, de maneira geral, foi muito mais atingido, uma vez que dividimos responsabilidades médicas e odontológicas”, ponderou o juiz auxiliar da Corregedoria José Antônio Bezerra Filho.

A programação segue ainda nesta sexta-feira (7 de março), quando os atendimentos serão realizados na Agrovila das Palmeiras. No sábado, os assentamentos Pontal da Glória e Santana do Taquaral serão contemplados, no domingo, a Reserva Indígena Gomes Carneiro receberá o projeto.

Dezenas de serviços são oferecidos, como a concessão de aposentadoria do INSS, clínica médica geral e palestras educativas sobre preservação ambiental (Juvam). São parceiros na ação: Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, TRT, TRE, Ministério Público, Secretaria Estadual de Segurança Pública, Secretaria de Saúde e Secretaria de Meio Ambiente, Prefeitura de Barão de Melgaço e Banco do Brasil.



Duzentos agentes comunitários indígenas de saúde serão formados hoje

SÍTIO O RIO BRANCO, 07.03.2014

A formação foi executada pelo Instituto Dom Moacyr

O Governo federal e o governo do Acre realizam a formatura de 200 novos Agentes Comunitários Indígenas de Saúde (ACIS) que se qualificaram para atuar em suas terras indígenas. A formação abrangeu 18 povos, contemplando os estados do Acre, Rondônia e Amazonas. O evento acontece nessa sexta-feira, 07, no Teatro da Universidade Federal do Acre (UFAC) a partir das 10 horas da manhã.

A formação foi executada pelo Instituto Dom Moacyr, por meio da Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha, em parceria com SESACRE e SESAI, com recursos do Ministério da Saúde. Teve a duração de 600h e a participação de educandos do Acre, Amazonas e Rondônia. E atendeu aos povos Kaxinawa, Kaxarari, Machineri, Shanenawa, Nukini, Poyanawa, Ashaninka, Madja, Katukina, Apurinã, Jamamadi, Jaminawá, Arara, Yawanawá, Kontanawa, Apolima-Arara, Jaminawa-Arara, Nawa.

Os Agentes Comunitários Indígenas de Saúde que estão sendo qualificados foram designados pelas próprias comunidades. Eles atuam na prevenção de doenças e agravos; realizam visitas em domicílios, acompanhamentos para tratamento médico e o encaminhamento de pacientes às unidades de saúde e de tratamento hospitalares.

O ACIS é o principal elo entre as comunidades indígenas e os serviços de saúde, sendo o personagem fundamental para incentivar e assegurar o resgate do sistema de cura tradicional dessas populações e não apenas multiplicador de informações, tornando-se um mobilizador social da participação das comunidades no subsistema de assistência à saúde indígena. A formação tem como parceiros o Ministério da Saúde, Governo do Estado, Secretaria Estadual de Educação e Esportes, Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Especial de Saúde Indígena.



Boletim de Notícias - Edição nº 42./ 2014

Brasília, 07 de março de 2014.

Itinerância "Casas do Brasil - Barraca Cigana" apresenta o dia a dia do universo cigano em Olímpia

SÍTIO JORNOW, 07.03.2014

Visitação: 13 de março a 27 de abril
Casa da Cultura– Centro- Olímpia/SP

A partir de 13 de março, Olímpia receberá um recorte da exposição "Casas do Brasil – Barraca Cigana", quarta edição do projeto que propõe a formação de um inventário sobre a diversidade do morar no país, realizado pelo Museu da Casa Brasileira (MCB), instituição da Secretaria de Estado da Cultura. A itinerância na Casa da Cultura de Olímpia acontece a partir da parceria entre o MCB e o SISEM-SP (Sistema Estadual de Museus), por meio da qual são levados a cidades paulistas conteúdos importantes já mostrados anteriormente no espaço expositivo do museu.

"Barraca Cigana" traz fotografias da pesquisadora Luciana Sampaio, que registrou o dia a dia de acampamentos dos ciganos Calon na periferia e interior de São Paulo durante mais de uma década. Em outubro de 1997, no Largo 13 de maio, bairro de Santo Amaro em São Paulo, Luciana viu pela primeira vez um grupo de ciganas lendo a sorte na rua. "Sempre ouvi falar que eram bruxas malvadas, mas, a partir daquele momento, as cores dos seus vestidos passaram a ser um dos elementos que mais me atraíam, e que me levaram a conviver por quase 15 anos com famílias de ciganos Calon, espalhados pelo Estado de São Paulo", relata.

Desde então, a fotógrafa documenta o modo de vida desconhecido destes brasileiros, sempre se questionando sobre como conseguiram manter praticamente intactos, por tantos séculos, língua, vestimentas, organização familiar, habitação, meios de sobrevivência e tantos outros valores. Em 2007, passou da documentação fotográfica para a produção de vídeos em que, além das atividades cotidianas, registrou também entrevistas. O trabalho resultou em um extenso arquivo documental que será, em parte, exibido na mostra. Complementam a exposição, textos da antropóloga Florencia Ferrari.

Os ciganos retratados na exposição são da etnia Calon, falam o dialeto Chibi, e atualmente vivem em cidades do estado de São Paulo em acampamentos espalhados por seis cidades: Jaboticabal, Pitangueiras, Guariba, Ribeirão Preto, Rio Preto e São Paulo.

Sobre Casas do Brasil

Realizado desde 2006, o projeto Casas do Brasil, com cinco edições já realizadas, procura mapear as diversas tipologias de habitações brasileiras com o objetivo de formar um inventário sobre a diversidade do morar no país. Já foram tema do projeto em exposições no Museu da Casa Brasileira a "Casa Xinguana" (2008) e a "Habitação ribeirinha na Amazônia" (2013). "Barraca Cigana" (2012) é o quarto volume da série.

Sobre o Sistema Estadual de Museus

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 42./ 2014

Brasília, 07 de março de 2014.

O SISEM-SP reúne e articula todos os museus do Estado buscando promover o desenvolvimento e fortalecimento institucional. É coordenado pela Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Estado da Cultura e atualmente engloba cerca de 415 instituições, públicas e privadas, de 190 municípios. Entre as principais ações do SISEM, está a realização de exposições itinerantes e de estudos detalhados sobre cada museu e cidades onde estão localizados. O SISEM promove, ainda, programas de formação, capacitação e aperfeiçoamento técnico de profissionais, além de convênios entre os museus do Estado e instituições nacionais e internacionais, com o objetivo de aprimorar e valorizar as próprias instituições e seus acervos. Para saber mais acesse: www.sisemsp.org.br

Sobre o Museu da Casa Brasileira

O Museu da Casa Brasileira se dedica às questões da cultura material da casa brasileira. É o único do país especializado em design e arquitetura, tendo se tornado uma referência nacional e internacional nesses temas. Dentre suas inúmeras iniciativas, destacam-se o Prêmio Design Museu da Casa Brasileira, realizado desde 1986, e o projeto Casas do Brasil, que promove um inventário sobre as diferentes tipologias de morar no país.

SERVIÇO

Casas do Brasil – Barraca Cigana em Olímpia

Visitação: 13 de março a 27 de abril

Horário: de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h

Entrada: Gratuita

Local: Casa da Cultura de Olímpia

Rua São João, 942 – Centro

Olímpia/SP – (11) 2122-4070

Realização: MCB e SISEM-SP

Patrocínio: ORNARE

Apoio: ProAC e Prefeitura de Olímpia

Projeto realizado com apoio do Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Cultura, Programa de Ação Cultural 2011

Museu da Casa Brasileira

Horário de funcionamento: de terça a domingo das 10h às 18h

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 2705 - Jardim Paulistano (11 3032-3727)

Acesso a pessoas com deficiência / Bicicletário com 20 vagas

Estacionamento pago no local

Visitas orientadas: (11) 3032-2564 / agendamento@mcb.org.br
www.mcb.org.br

Fonte da notícia

Empresa:Núcleo da Notícia Comunicação Corporativa

Contato:Núcleo da Notícia

Telefone:16-32377367-



Flávio Arns anuncia escola quilombola em Adrianópolis

SÍTIO GOVERNO DO PARANÁ/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 07.03.2014

A comunidade quilombola de João Surá, em Adrianópolis, ganhará um novo prédio escolar para substituir as antigas instalações do Colégio Estadual Diogo Ramos. A construção começa ainda neste semestre. O anúncio foi feito nesta quinta-feira (6) pelo governador em exercício e secretário de Estado da Educação, Flávio Arns, durante visita a escolas da região do Vale do Ribeira.

A construção é uma das 81 novas escolas que estão no plano de obras da Secretaria da Educação, de 2011 até o final de 2014. "Os investimentos na construção, reformas e ampliações nas escolas estaduais em todo o Paraná representam o compromisso que temos em proporcionar uma infraestrutura adequada para a qualidade da educação que buscamos", ressaltou Arns, ao lembrar que somadas às ampliações e reformas já são quase duas mil obras espalhadas pelo estado.

A licitação para a obra já foi concluída e o investimento chegará a R\$ 1,3 milhão. A nova escola será completa, com laboratórios, refeitório e cozinha, e seis novas salas de aula para atender a 630 alunos matriculados nos três turnos de aula. "Para os alunos, a construção da nova escola é um investimento no nosso futuro. Um caminho para continuar os estudos, para a igualdade e para oportunidades", explicou a aluna do 8º ano do ensino fundamental, Tais Cristina Gonçalves de Cristo.

A nova escola irá um pouco além da educação. "A estrutura vai contribuir para uma melhor aprendizagem dos alunos, mas o prédio também já criou muitas expectativas para a comunidade quilombola, uma vez que pode ser utilizado de outras maneiras", explicou o presidente da Associação dos Remanescentes do Quilombo João Surá, Antônio Carlos de Andrade Pereira.

O Colégio Estadual do Campo Porto Novo, o Colégio Estadual Santa Bárbara e o Colégio Estadual Selbmann, todos em Adrianópolis, também receberam a visita de Arns. O colégio Santa Barbara recebeu R\$ 92 mil para troca de cobertura e forro no pátio coberto, instalações elétricas em três blocos da escola. O dinheiro foi repassado pelo programa de recursos descentralizados do governo estadual.

Ainda foram visitados o Colégio Estadual do Campo Salto Grande do Turvo e o Colégio Estadual Tancredo de Almeida Neves, ambos em Doutor Ulysses. "É um momento que podemos discutir pessoalmente sobre nossas dificuldades e buscamos soluções. É a primeira vez que há uma preocupação em conversarmos juntos para mudarmos nossa realidade", afirmou o diretor auxiliar do Tancredo Neves, Rogério Gilliet.

Arns aproveitou para verificar o andamento das obras de melhoria que o colégio vem recebendo. Foram investidos R\$ 95 mil para reformas nos banheiros masculino e feminino,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 42./ 2014

Brasília, 07 de março de 2014.

troca de piso, quadro escolar, esquadrias instalações elétricas em um dos blocos da escola.

No colégio Salto Grande do Turvo foram mais de R\$ 104 mil para novas instalações hidráulicas, troca de piso na cozinha e despensa, troca de bebedouro e lavatório no pátio coberto, quadros escolares, reparos nos banheiros masculinos e femininos.

O Colégio Estadual do Campo Augusto Antônio da Paixão e o Colégio Estadual Princesa Isabel, em Cerro Azul, foram outras instituições visitadas. O Augusto da Paixão recebeu um investimento de mais de R\$ 108 mil para troca de cobertura, instalações elétricas, piso, esquadrias em um dos blocos, troca de cobertura, forro, instalações elétricas, paredes e pisos nas salas de madeira.



Revolta contra o racismo

SÍTIO IHU, 07.03.2014

Aos 37 anos, o árbitro Márcio Chagas da Silva habituou-se a ouvir barbaridades como “macaco imundo”, “preto safado” e “tem que matar essa negrada”. Sabe que a barbaridade maior é ele próprio já considerar normal essa torrente de insultos. Mas ou ele abstrai, ou desmorona.

Na noite de quarta-feira, depois do jogo entre Esportivo e Veranópolis, em Bento Gonçalves, RS, a blindagem de Márcio ruiu: sentiu vontade de chorar quando encontrou seu carro amassado e riscado, com bananas espalhadas sobre a lataria. Durante a partida, já havia sido xingado de macaco pela torcida do Esportivo. Fotografou o Peugeot preto antes da viagem de volta a Porto Alegre, entrou no veículo e, ao arrancar, ouviu um estouro no escapamento: havia mais bananas no cano de descarga.

"Percebi que corria um risco grave, que poderiam ter feito algo muito pior comigo. Não teve nenhuma polêmica no campo, o Esportivo até ganhou (3 a 2). Mesmo assim, torcedores gritavam “preto ladrão” e “volta para a selva” o tempo todo”, conta Márcio Chagas, que apitou as duas últimas decisões do Gauchão e é árbitro especial na classificação da CBF.

A reportagem é de Paulo Germano, publicada pelo jornal Zero Hora, 07-03-2014.

O episódio ocorre 21 dias após o volante Tinga, do Cruzeiro, ouvir imitações de macaco durante um jogo contra o Real Garcilaso, no Peru. Na ocasião, até a presidente Dilma Rousseff manifestou apoio ao jogador em meio a uma onda de solidariedade. Não parece ter surtido efeito prático. O próprio Tinga tenta explicar:

"Todo mundo achou um absurdo o que fizeram comigo. Também vão achar um absurdo o que fizeram com o Márcio. Mas e daí? As punições são brandas, não acontece nada, ninguém leva a culpa. Vai seguir tudo igual".

Tinga acredita que, quando o racismo aparece no futebol, uma espécie de compreensão popular pressiona as vítimas a “levarem na esportiva”. É como se chamar um negro de macaco durante um jogo – e não no ambiente de trabalho, por exemplo – fizesse parte de um contexto no qual a ofensa é aceitável.

No Rio Grande do Sul, o caso Márcio Chagas também parece reflexo de uma legislação permissiva. Em 2011, no Gre-Nal que decidiu o Gauchão, o meia colorado Zé Roberto foi insultado por parte da torcida do Grêmio, no Olímpico, com gritos que evocavam primatas. O então vice-presidente de futebol do Inter, Roberto Siegmann, exigiu que o atleta prestasse queixa na delegacia – e o clube entrou com uma representação contra o Grêmio na Federação Gaúcha de Futebol (FGF).

"Não deu em nada. Arquivaram tudo e ficou por isso mesmo", recorda Siegmann, lembrando

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 42./ 2014

Brasília, 07 de março de 2014.

que a mulher de Zé Roberto, também negra, foi obrigada a entrar pela porta de serviço do prédio onde o marido alugara um apartamento, em Porto Alegre.

Em um caso raro no futebol brasileiro, o zagueiro Antônio Carlos, que defendia o Juventude em 2006, foi suspenso por 120 dias após apontar a cor do próprio braço durante uma discussão com o volante gremista Jeovânio, negro. Agora, o procurador do Tribunal de Justiça Desportiva, Alberto Franco, adianta que denunciará o Esportivo por "ato discriminatório", já que o carro de Márcio Chagas estaria em estacionamento privativo do clube. A provável punição: perda de três pontos na tabela do campeonato.

Em nota oficial, o Esportivo prometeu investigar o episódio. O vice-presidente jurídico, Rodrigo Terra, analisou as fotos e garantiu que não foram feitas nas dependências do clube. Já o presidente da FGF, Francisco Novelletto, após ouvir uma série de pessoas, disse a ZH que foram, sim.

Márcio Chagas da Silva, árbitro de futebol:

"Apito no país inteiro, só vejo racismo no Rio Grande do Sul. Não sou o errado. Decidi desabafar. É a melhor forma de ajudar o Miguel (filho do árbitro)."

Bolívia e Brasil vão analisar impacto de usinas no rio Madeira em inundações na parte boliviana da Amazônia

SÍTIO ECODEBATE, 07.03.2014



O ministro das Relações Exteriores da Bolívia, David Choquehuanca, disse ontem (6), em La Paz, que se reunirá com o chanceler brasileiro, Luiz Alberto Figueiredo, no dia 7 de abril, para analisar a situação da cheia do Rio Madeira e a suposta incidência das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau nas inundações que ocorrem na parte boliviana da Amazônia.

A informação foi divulgada pela Agencia Boliviana de Información (ABI) e confirmada pelo Palácio Itamaraty. A chancelaria brasileira revelou que autoridades dos dois países avaliam a situação do Rio Madeira, e adiantou que o ministro Figueiredo irá à Bolívia, no início de abril, para uma visita bilateral ampla, na qual o tema da influência das hidrelétricas na situação do Rio Madeira poderá ser discutido.

De acordo com a ABI, Choquehuanca disse que, na semana passada, uma comissão boliviana viajou para analisar a situação com autoridades brasileiras. Segundo o ministro boliviano, os dois países acordaram que uma comissão bilateral trabalhe sobre as preocupações que a Bolívia expressou sobre a incidência das hidrelétricas no território boliviano.

“Estamos organizando reuniões de técnicos em nível binacional, de onde vamos recolher todas as informações técnicas e científicas, e logo veremos que ações tomar”, disse Choquehuanca. Ele revelou que na agenda com o ministro Figueiredo, estão previstos também temas comerciais, de energia e diplomáticos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 42./ 2014

Brasília, 07 de março de 2014.

As chuvas e inundações, que começaram em setembro passado, deixaram 60 mortos e pelo menos 60 mil famílias afetadas na Bolívia. No Brasil, mais de 2 mil famílias atingidas pela cheia do Rio Madeira estão em abrigos de Porto Velho e de outras localidades. Em São Carlos e Nazaré, por exemplo, todas as famílias precisaram deixar suas casas.

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM), que monitora a vazão do Rio Madeira, avalia que a operação das usinas hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, não influencia a cheia do rio. "Não temos observado influência das usinas, porque elas são a fio d'água, não retêm água. Elas têm um protocolo de nível mínimo e máximo, e têm mantido isso o tempo inteiro. A água que entra, passa", explica o diretor de Hidrologia e Gestão Territorial do CPRM, Thales Sampaio. Segundo ele, o que está causando a cheia no Rio Madeira é o excesso de chuvas na Bolívia, onde ficam as cabeceiras do rio. "Choveu acima da média desde outubro, na Bolívia, especialmente em janeiro e fevereiro", diz o diretor.

*Com informações da Agência Boliviana de Información

Reportagem de Sabrina Craide, da ABr*, publicada pelo EcoDebate, 07/03/2014



Bahia recebe 230 novos médicos cubanos

SÍTIO BAHIA NO AR, 07.03.2014

Nos últimos dois dias, 230 médicos cubanos desembarcaram em Salvador para reforçar o programa Mais Médicos em cidades baianas.

Os profissionais, que chegaram nesta quinta, 6, e na quarta-feira, 5, irão atuar em 103 municípios, além de integrar equipes de Distritos Sanitários Indígenas.

Eles foram recebidos pelo secretário da Saúde do Estado, Washington Couto.

Segundo informou a Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab), os médicos participarão, durante uma semana, de atividades que os permitirão conhecer os dados epidemiológicos do estado.

As atividades de acolhimento pedagógico terão início nesta sexta-feira, 7, no Grande Hotel da Barra. Na programação, estão previstas exposições sobre Políticas Estaduais de Saúde, redes de urgência e vigilância, aproximação do território, além de terem treinamento para uso de tecnologias.

Conforme a Sesab, são realizadas atualmente cerca de 528 mil consultas médicas a cada mês pelos profissionais que atuam pelo Programa Mais Médicos na Bahia.

Ainda de acordo com o órgão, quase quatro milhões de pessoas de 361 municípios estão cobertos pelo programa.

Conflitos fundiários e urbanos: "O Judiciário está sendo cada vez mais demandado"
SÍTIO DESACATO, 07.03.2014



"A cultura geral, no âmbito do sistema da justiça — que vai além do Poder Judiciário —, é voltada para a proteção dos direitos dos mais fortes ou do direito de propriedade, em detrimento dos direitos humanos fundamentais de uma coletividade", diz o advogado.

Diante do "histórico processo de tratamento desigual que os órgãos públicos dão às problemáticas sociais coletivas", é preciso utilizar instrumentos jurídicos que apontem para um novo olhar em relação aos conflitos fundiários envolvendo indígenas, quilombolas, agricultores e produtores rurais.

De acordo com Darci Frigo, um dos autores da proposta de desjudicializar as demandas de demarcações de terras, "a cultura do Poder Judiciário acha que o processo tem duas partes, como se fossem dois indivíduos, quando se pode ter, num processo, uma pessoa que é o demandante, normalmente um proprietário de imóvel rural ou urbano e, do outro lado, uma coletividade enorme".

Para Frigo, situações que envolvem conflitos fundiários ou urbanos por conta de disputas de terra não devem ser tratadas como "um conflito interindividual". Na entrevista a seguir, concedida por telefone à IHU On-Line, ele explica que a proposta consiste em fazer com que o "Judiciário se abra para o diálogo com uma gama múltipla de atores da sociedade e do Estado para encontrar uma solução que seja justa e adequada, sobretudo, para aqueles que têm os seus direitos humanos violados".

Darci Frigo é formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Trabalhou por 17 anos na Comissão Pastoral da Terra – CPT-PR e atualmente, além de coordenar a ONG Terra de Direitos, é conselheiro do Programa Nacional de Proteção aos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 42./ 2014

Brasília, 07 de março de 2014.

Defensores de Direitos Humanos. Frigo recebeu, em 2001, o Prêmio Internacional Robert F. Kennedy, por sua luta pelos Direitos Humanos no Brasil.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em que consistem os mecanismos de mediação para solucionar disputas por terras que o senhor sugere?

Darci Frigo – Trata-se de uma alternativa a um histórico processo de tratamento desigual que os órgãos públicos dão às problemáticas sociais coletivas. Normalmente a cultura do Poder Judiciário acha que o processo tem duas partes, como se fossem dois indivíduos, quando se pode ter, num processo, uma pessoa que é o demandante, normalmente um proprietário de imóvel rural ou urbano e, do outro lado, uma coletividade enorme.

Devemos fazer um debate — e essa é a proposta da pesquisa — para que uma situação desse tipo não seja tratada como um conflito interindividual, mas que passe a ser tratada com instrumentos mais adequados. Quais instrumentos? O juiz pode realizar um processo em que coordene a mediação desse conflito por meio de audiências públicas, de inspeções judiciais, da convocação de órgãos públicos que sejam responsáveis pela implementação de uma determinada política pública, e chamando a sociedade e os movimentos sociais que estão envolvidos nessa discussão. Em síntese, essa é a proposta: que o Judiciário se abra para o diálogo com uma gama múltipla de atores da sociedade e do Estado para encontrar uma solução que seja justa e adequada, sobretudo, para aqueles que têm os seus direitos humanos violados.

IHU On-Line – Como o senhor avalia o processo de judicialização das demandas de demarcações e o protagonismo do Poder Judiciário nessa questão?

Darci Frigo – Existem sinais de que novos juízes e juízas estão preocupados com a questão social. Há um Fórum de conflitos fundiários que funciona no âmbito do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que começou a olhar essa problemática de forma diferenciada. Mas a cultura geral, no âmbito do sistema da justiça — que vai além do Poder Judiciário —, é voltada para a proteção especialmente dos direitos dos mais fortes ou do direito de propriedade, em detrimento dos direitos humanos fundamentais de uma coletividade. Então, o processo de enfrentamento desses conflitos acontece com uma ampla judicialização, a qual coloca os movimentos sociais — 80 a 90% dos casos — no polo passivo, como réus, como demandados perante o sistema da justiça. Na verdade, os atores que demandam e que acessam o sistema da justiça são exatamente aqueles que detêm maior poder econômico. Então, nesse sentido, o Judiciário está sendo cada vez mais demandado. Ou seja, à medida que o Estado, através dos Poderes Executivo e Legislativo, não soluciona de forma adequada essa problemática social, os conflitos sociais tendem a desaguar no Poder Judiciário através de um constante processo de judicialização. Infelizmente esse processo em geral acontece contra a parte mais fraca, que são os cidadãos e cidadãs mais pobres da sociedade.

“Existem sinais de que novos juízes e juízas estão preocupados com a questão social”

CONT.



IHU On-Line – Quantas demarcações de terras estão sendo contestadas na justiça?

Darci Frigo – Não é possível dizer, mas posso dar uma pista. O juiz do CNJ de Minas Gerais, Rodrigo Rigamonte, coordenador do Fórum de Conflitos Fundiários do CNJ, me disse que eles estão montando um formulário para fazer o levantamento e a classificação dos conflitos em terras indígenas, quilombolas, terras de reforma agrária, enfim, dos diferentes conflitos fundiários e possessórios urbanos existentes hoje no país. Não há, no âmbito do Judiciário, uma pesquisa que possa dizer, neste momento, quantos são os conflitos judicializados na questão indígena. O que é público e notório é que a Confederação Nacional da Agricultura – CNA e a Bancada Ruralista articulam nacionalmente as suas ações políticas em três direções: estão investindo no âmbito do Congresso Nacional para desconstruir ou desconstitucionalizar os direitos indígenas, tornando a Constituição uma letra morta no sentido de inviabilizar os direitos indígenas; no âmbito judicial procuram contestar todas as demarcações para retardar o processo de retirada de invasores de áreas indígenas — a palavra “invasor” só serve para essa situação, só se aplica para quem adentra em terras indígenas, e não na situação em que um sem terra ou outro posseiro entra em uma fazenda, nesse caso é ocupação mesmo; e a terceira via é a que se manifestou nos discursos dos deputados ruralistas do Rio Grande do Sul, propondo inclusive a ação armada paramilitar, uma resistência ou uma ação direta contra os indígenas que estão reivindicando a demarcação das suas terras.

IHU On-Line – Como está o processo de demarcação das terras indígenas hoje no Brasil? É possível estimar quantas terras estão sendo estudadas, quantas foram delimitadas, homologadas e regularizadas?

Darci Frigo – No lançamento da pesquisa, os representantes da articulação dos povos indígenas do Sul se manifestaram sobre a necessidade de o governo federal agilizar o processo demarcatório dessas áreas que estão sendo disputadas com pequenos agricultores. Na ocasião, colocamos publicamente uma posição preocupante em relação às situações do Sul, porque entendemos que talvez elas sejam a “ponta de lança” para o processo de desconstitucionalização dos direitos indígenas ou retrocesso em toda a política indigenista, porque envolvem pequenos agricultores e a bancada ruralista. Esses setores já utilizaram os pequenos agricultores para mudar o Código Florestal e poderiam querer convencer a sociedade, neste momento, contra os direitos indígenas. Isso nos preocupa muito. Não é na Amazônia Legal nem nas regiões onde as áreas indígenas estão sendo demarcadas que existem os maiores conflitos. Nas Regiões Sul e Nordeste é que estão acontecendo os enfrentamentos mais agudos na retomada de territórios indígenas, portanto, é ali que pode haver a arregimentação dos agricultores familiares contra os direitos indígenas.

“Os atores que demandam e que acessam o sistema da justiça são exatamente aqueles que detêm maior poder econômico”

IHU On-Line – Quais são os principais impasses em torno das demarcações? Reconhecer quem é o dono original da terra?

Darci Frigo – O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST nasce exatamente de uma situação de colonos que haviam sido assentados pelo Estado em terras indígenas no Rio

CONT.



Grande do Sul. Eles tiveram de ser retirados e então acamparam na beira das estradas. O acampamento da Encruzilhada Natalino é um exemplo de ex-colonos que receberam terras do Estado.

Como há prevalência dos direitos indígenas sobre outras pretensões, então, a solução para esses conflitos nas regiões já ocupadas é que o Estado indenize e também faça o processo de reassentamento dessas famílias. Não há outra saída. Se o território indígena for reconhecido por meio dos laudos antropológicos, o caminho é encontrar uma solução mediada, negociada e com indenização e reassentamento das famílias. No entanto, esse tipo de solução já não serve para invasores de outras áreas indígenas, como está acontecendo, por exemplo, em uma área que está sendo demarcada no Maranhão, e que foi invadida. Nesse sentido, os invasores não têm direito, porque adentraram em área indígena, se apropriaram dos recursos florestais, ameaçaram os índios, criaram uma série de situações que colocaram em risco, inclusive, a vida dessas comunidades. Nesse caso nós não defendemos algum tipo de compensação para esses invasores.

IHU On-Line – Além do caso da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, que outras comunidades indígenas têm disputas com a União ou com agricultores no Supremo Tribunal Federal? É possível estimar quantas ações por disputas de terra tramitam no STF?

Darci Frigo – Comunidades de guaranis do Norte do Rio Grande do Sul, do Oeste de Santa Catarina e do Mato Grosso do Sul, onde ocorrem os conflitos mais graves, envolvendo os Terena e os Guaraní Kaiowá. Esses são os conflitos mais sérios. Neste momento, o território mais conflituoso é o do Sul da Bahia, com os Tapajós. Trata-se de um conflito aberto, várias pessoas foram assassinadas recentemente e o exército está no local. A situação é tão grave que levou à medida extrema — com a qual não concordamos — de ter a presença do exército no local.

IHU On-Line – O senhor propõe um diálogo do Poder Judiciário com órgãos públicos e movimentos sociais que reivindicam políticas públicas para a questão indígena. Como se daria esse diálogo?

Darci Frigo – Isso vale para casos envolvendo quilombolas, indígenas e trabalhadores rurais que lutam pela reforma agrária, como também outros posseiros que enfrentam conflitos coletivos. A proposta é que o juiz, diante desta situação, chame as partes para uma audiência pública para encontrar caminhos de solução contrários aos propostos pela bancada ruralista e pela CNA. Nesse sentido, o juiz pode chamar órgãos públicos para participarem das ações. No caso dos conflitos envolvendo a reforma agrária ou no caso da questão quilombola, chamar o INCRA; no caso da questão indígena, chamar a FUNAI. Além disso, um responsável da Justiça pode ir ao local em que está acontecendo o conflito e tomar ciência da realidade de uma determinada comunidade.

Conhecemos várias comunidades na Região Sul ou na Região Centro-Oeste, no Mato Grosso do Sul, tanto de indígenas quanto de quilombolas, que vivem em frações ínfimas de terra, e ali há um processo de pobreza extrema, de violência, etc. À medida que os juízes tomarem ciência dessas situações, poderão aplicar os comandos constitucionais de forma bem mais aberta do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 42./ 2014

Brasília, 07 de março de 2014.

que simplesmente olhar para o direito de um proprietário, por exemplo, e deixar o direito de uma coletividade em segundo plano.

Se ao longo do tempo a incidência política do Estado se dirigiu ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo como poderes mais permeáveis às incidências políticas, hoje a sociedade reclama do Poder Judiciário mais abertura e diálogo nesse processo, e que ele se corresponsabilize para reparar, promover e efetivar direitos humanos.

Fonte: Instituto Humanitas Unisinos

Foto: Terra de Direitos/Divulgação

"Direito ambiental internacional é uma questão geopolítica"

SÍTIO GAZETA DO POVO, 07.03.2014



Tumai Murombo, professor da escola de direito Universidade Witwatersrand, África do Sul

Joana Neitsch

Equilibrar interesse econômicos e ambientais é um dos principais desafios da atualidade. O especialista em energias renováveis e professor da escola de direito da Universidade Witwatersrand, em Joanesburgo, África do Sul, analisa a influência que a economia tem sobre as decisões ambientais e nas relações internacionais. Natural do Zimbábue, ele toma a realidade do seu país de origem e de onde vive hoje para analisar o peso das relações comerciais nas decisões que envolvem o meio-ambiente. Mas Murombo também se coloca no lugar de quem está do outro lado – os países desenvolvidos – para analisar esse contexto e mostra que há mais dilemas do que respostas no direito ambiental. O jurista africano esteve em Curitiba no fim de 2013 para o evento "Diálogos entre a América Latina e África: propriedade privada, conflitos e exploração de terras de indígenas, tribais e tradicionais", realizado na Universidade Positivo.

Quais os principais desafios no direito internacional relacionado ao meio-ambiente?

Os desafios são diferentes de uma região para outra. Mas eu acho que se nós observarmos

CONT.



especificamente as negociações sobre mudanças climáticas, o desafio para mim é que o direito internacional está mudando gradualmente por vinculações legais ou por obrigações de parcerias políticas. É por isso que atualmente não temos nenhum compromisso com as mudanças climáticas. Os países têm feito progressos em Copenhague [na Conferência do Clima], mas eu duvido que isso terá alguma vinculação jurídica que gere obrigações. São atores políticos, não atores legais. Esse é um problema que temos observado no direito ambiental internacional, forçar os líderes é muito difícil. Tem sido fácil fazer acordos de clima, mas eles evitam qualquer meta, qualquer obrigação legal específica, é muito difícil implementar um direito ambiental internacional. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), firmada na Rio 92, previa transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para os subdesenvolvidos, para lhes dar suporte a fim que tenham condições de implementar meios e ter acesso recursos genéticos. Também previu a obrigação para os países desenvolvidos de fomentarem a pesquisa nos países em desenvolvimento. A Convenção sobre Mudança do Clima também prevê esses compromissos. Mas essas obrigações nunca foram cumpridas. O real desafio que temos, quando olhamos todos esses tratados e acordos internacionais, é que tecnologia é capital. As grandes corporações investem dinheiro para produzir a tecnologia. É fácil para os países, o Brasil, por exemplo, transferir tecnologia para a África do Sul, o Zimbábue ou Botsuana? Porque, se foi investido muito em pesquisa para desenvolver essa tecnologia, se vai se fazer de tudo para proteger esse patrimônio.

O que se pode fazer para implementar essa prática?

Os países desenvolvidos não podem forçar os donos das empresas que desenvolvem tecnologia a transferir o conhecimento para países em desenvolvimento. Eu acho que esse é um grande desafio, especialmente agora, quando as corporações têm tantas políticas. Não há como fazer pesquisa sem dinheiro. Logo se for dado o conhecimento da tecnologia aos países em desenvolvimento, os países desenvolvidos vão perder parte dos braços econômicos. O que lhes dá controle da economia global? A tecnologia, o conhecimento. Se o países em desenvolvimento progredirem eles deixam de ser mercado para os países desenvolvidos, a matéria-prima que eles fornecem para os países desenvolvidos começará a ser utilizada por eles mesmos.

O senhor poderia citar exemplos?

Na África do Sul temos minas de diamante, que são vendidos para a Europa, onde são polidos e trabalhados. Qual o motivo para os países desenvolvidos ajudarem os países africanos a construir sua capacidade? A extração de petróleo na Nigéria é outro exemplo, eles enviam o óleo bruto para a França, onde ele é refinado e volta para Nigéria onde se paga pelo produto processado. Porque vão capacitar os nigerianos, então? Se eu fosse dos países desenvolvidos, eu acho que não daria capacitação aos países em desenvolvimento. Esse é um mundo competitivo. Se observarmos a Organização Mundial de Comércio, eles controlam o trânsito de bens pelo mundo e nesse sistema é muito difícil fazer direito ambiental internacional e sistemas jurídicos andarem juntos. Países em desenvolvimento produzem matéria-prima, países desenvolvidos compram e vendem de volta produtos manufaturados. Nós somos colônia, esse é o novo colonialismo que está muito institucionalizado e é invisível, mas está lá. Se você tenta ir contra quem dita as regras, contra o sistema global que controla isso, eles

CONT.



podem destruir seu país. O sistema de comércio internacional domina a política global e a geopolítica.

E os países em desenvolvimento tem uma maneira de tratar as questões de meio ambiente e os desenvolvidos têm outra...

Se os países que dominam o mercado concordarem com regras sobre meio ambiente vão ser afetados. Os EUA nunca mudam as metas para meio ambiente, o argumentos são econômicos e não ambientais.

Qual a sua opinião sobre a construção da usina de Belo Monte aqui no Brasil?

É um desafio, um tipo de desafio que há em vários países. É um problema ambiental típico, todo o processo de desenvolvimento dos seres humanos trouxe efeitos negativos. A questão é saber o quanto vamos tolerar. Quanto de poluição ou de danos ambientais podemos aceitar?

Mas uma das reclamações é que os povos que vivem na região em que a usina vai ser construída não foram consultados...

Eles não foram consultados porque se fossem a resposta seria óbvia: não. Mas eles precisam ter acesso à informação sobre as necessidades de energia, sobre os danos. Eles precisam saber que o consórcio [que vai fazer a obra] vem, mas também devem vir contrapartidas. É preciso um processo que envolva as comunidades locais por um longo tempo para que eles entendam os benefícios que a usina vai trazer, qual é o interesse local e os interesses nacionais e internacionais envolvidos. Leva tempo para que eles entendam a ligação entre as necessidades individuais deles e o interesse nacional. Depois desse processo de envolvimento eles podem concluir que a usina é uma boa ideia porque vai gerar empregos, vai trazer para o local melhores condições no atendimento de saúde. O desafio real é como o governo ou as companhias contratadas lidam com isso. Mas muitas das corporações querem evitar os custos de ter que manejar os efeitos que as obras vão trazer. E por causa disso ele não fala sobre as consequências que serão causadas. Ele não quer ser questionado sobre como os efeitos vão ser administrados e o quanto se gastará com isso. Mas há ainda uma questão maior que é: que tipo de desenvolvimento nós queremos? Essa é a grande pergunta. Se você for às comunidades no entorno da usina de Belo Monte e perguntar qual é a definição deles de qualidade de vida, vai ser uma definição diferente da minha. Ir a comunidades indígenas e oferecer boas escolas e melhores condições de saúde e todo o modelo europeu/ocidental de vida, talvez não seja o que eles querem.

E se mesmo com um processo de envolvimento, a comunidade resistir

A autonomia e autodeterminação vai levá-los a defender o interesse local. O governo é que tem poder de decidir se vai seguir adiante com a construção da usina. No Zimbábue, enfrentamos situações semelhantes em minas de diamantes. É também uma questão moral. Se mesmo com toda a informação sobre os benefícios e a contrapartida, a comunidade disser não, tem que ser não. E o governo deve buscar outro lugar para construir a usina.



Boletim de Notícias - Edição nº 42./ 2014

Brasília, 07 de março de 2014.

Dep. Édio Lopes (PMDB-RR) conversa sobre projetos indígenas

SÍTIO CÂMARA DOS DEPUTADOS, 07.03.2014

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PALAVRA-ABERTA/463117-DEP.-EDIO-LOPES-%28PMDB-RR%29-CONVERSA-SOBRE-PROJETOS-INDIGENAS.html>

O Congresso está cada vez mais voltado à proteção e garantia dos direitos indígenas. Os primeiros habitantes dessas terras têm o apoio de parlamentares dispostos a lutar por melhores condições de vida e manutenção da cultura dos índios.

Com a conquista definitiva da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, hoje há necessidade de desenvolver projetos que assegurem a subsistência alimentar e o desenvolvimento econômico das comunidades. O deputado Édio Lopes (PMDB-RR) conversa sobre os projetos para os indígenas.



Abertas inscrições para formadores na Ação Saberes Indígenas na Escola
SÍTIO UFSC, 07.03.2014

Estão abertas, até 7 de março de 2014, as inscrições para a seleção de formadores que atuarão na Ação Saberes Indígenas na Escola (Secadi/MEC), junto aos povos Guarani, Kaingang e Xokleng/Laklãnõ.

A Portaria 98, de 6 de dezembro de 2013, que regulamenta a ação Saberes Indígenas na Escola e define suas diretrizes complementares, oferece informação completa sobre a ação e as atribuições dos formadores (artigos 19 e 20).

Os candidatos devem, no mínimo e cumulativamente, ter os seguintes pré-requisitos de formação e experiência:

- I – experiência comprovada na área de formação de professores para atuar em escolas indígenas;
- II – formação em áreas correlatas aos eixos do Programa (letramento e numeramento em línguas indígenas e portuguesa, e conhecimentos em artes verbais indígenas);
- III – capacidade de elaborar materiais didáticos para uso nas escolas indígenas e materiais pedagógicos para uso dos professores participantes da formação;
- IV – titulação de graduação, especialista, mestre ou doutor; e
- V – experiência de trabalho junto a povos indígenas – no caso de formador que se dedique especialmente à pesquisa metodológica.

Para efetuar inscrição, deve-se enviar curriculum vitae atualizado e carta que justifique o interesse, para Maria Dorothea Post Darella (Esta imagem contém um endereço de e-mail. É uma imagem de modo que spam não pode colher.) ou Carlos Maroto Guerola (Esta imagem contém um endereço de e-mail. É uma imagem de modo que spam não pode colher.). Mais informações, também por esses e-mails.

Claudio Borelli / Revisor de Textos da Agecom / Diretoria-Geral de Comunicação / Esta imagem contém um endereço de e-mail. É uma imagem de modo que spam não pode colher.



Juiz limita permanência de índios a 48h em cidade no interior do AM

SÍTIO G1/AM, 07.03.2014

Magistrado denuncia uso de bebidas alcoólicas por indígenas na cidade. De acordo com ele, medida visa segurança da população de Eirunepé.

O juiz estadual Leoney Figliuolo Harraquian, da Comarca de Eirunepé, determinou através de portaria a proibição da venda de bebidas alcoólicas a índios e limitou a permanência dos indígenas em até 48h na sede do município amazonense, situado a 1.159 km de distância de Manaus. O magistrado justificou o ato pela situação de vulnerabilidade social enfrentada pelos povos indígenas e a degradação provocada pelo alcoolismo na região.

A portaria com as determinações foi publicada no último dia 21 de fevereiro e o cumprimento das medidas deve ser verificado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O comando da Polícia Militar, a Prefeitura e a Câmara Municipal de Eirunepé também receberam a portaria.

Cerca de cinco mil índios das etnias Kulina e Kanamari vivem em aldeias localizadas em Eirunepé, região Sudoeste do Amazonas. Todos os meses os indígenas deixam as aldeias vão até a cidade para ter acesso aos benefícios sociais do Governo Federal. Entretanto, de acordo com o magistrado, muitos não retornam às aldeias e ficam vagando nas ruas da cidade, consumindo bebidas alcoólicas.

Ainda segundo o juiz Leoney Figliuolo Harraquian, que atua na Comarca de Eirunepé e é titular da 2ª Vara de Fazenda Pública Estadual em Manaus, a portaria é uma alerta contra os riscos sociais vivenciados pelos povos indígenas e uma resposta à inércia da Funai em relação aos problemas registrados. O magistrado disse que a população cobra resoluções para impedir o consumo excessivo de bebidas alcoólicas pelos índios. "A Funai tem que tomar uma iniciativa para proteger o índio, que deixa a aldeia e fica perambulando na cidade. Eles chegam a ficar dez dias passando fome, sob sol e chuva, pernoitando em situações constrangedoras. Toda vez que vou a Eirunepé vejo essa situação e a Funai não faz nada para mudar essa realidade. Ela acha que é responsabilidade do poder público, alegando que se trata de problema de segurança pública e esquece o dever da instituição na garantia dos direitos indígenas", afirmou o juiz.

Figliuolo relatou que crianças e até bebês indígenas ficam nas ruas sem hospedagem, alimentação e higiene, acompanhando os pais enquanto ingerem bebidas alcoólicas. "Uma vez vi um índio bêbado com duas crianças pequenas jogadas no meio da rua. Tive que acionar a polícia para retirá-los da via, pois corriam risco de ser atropelados. A situação é tão crítica que tem um índio preso desde dezembro na cidade porque matou a esposa e ambos estavam bêbados", revelou o magistrado.

Apesar de definir o prazo de permanência dos índios em até 48h, o magistrado esclareceu que
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 42./ 2014

Brasília, 07 de março de 2014.

esse período estipulado não é uma regra e que o tempo é suficiente para os indígenas receberem benefícios sociais, comprar alimentos e retornar as comunidades onde vivem. "O índio pode ficar o tempo que quiser, não quero descriminá-los, mas eles precisam ser protegidos. É necessário evitar que cometam assassinatos e assaltos. A Funai os abandonou", enfatizou Leoney Figliuolo.

Questionada sobre o assunto, a Funai enviou nota ao G1 informando que a Procuradoria da Fundação já foi acionada e está estudando o caso para adotar as medidas cabíveis.



Cacique Doble inaugurou Escola Infantil na Terra Indígena

SÍTIO RÁDIO TAPEJARA, 07.03.2014

A inauguração contou com a presença da Administração Municipal de Cacique Doble, vereadores e secretários, liderança e comunidade indígena. O prefeito Clairton Pasinato afirmou: "não é por causa de diferenças de culturas, diferenças de opiniões, mas temos essa obrigação de dar a mesmas condições de aprendizado para as crianças indígenas como para as que estão em outras escolas", ressaltou o prefeito.

A Diretora da Escola, professora Cleomar Calgaroto, disse que é um desafio e uma enorme responsabilidade esse trabalho junto à Escola Municipal de Educação Infantil Indígena "Gir Si My Sér" : "o objetivo principal é ver essas crianças crescerem com responsabilidade para enfrentar um primeiro ano com mais força", destacou a diretora.

Para o Cacique da Terra Indígena Valdir de Matos, depois de muitos anos, a escola foi inaugurada e isso é um motivo de alegria. O Cacique ressaltou a importância das crianças "iniciarem o aprendizado em sua própria língua, o que é fundamental" destaca a liderança.

Fazem parte da equipe que trabalha na escola, a Diretora Cleomar, as professoras Berenice e Raquel, a monitora Viviane e a funcionária Roseli.

A previsão da Secretaria municipal da educação de Cacique Doble é de que 33 crianças de 4 a 5 anos estudem no Pré A e pré B neste ano letivo na nova Escola Infantil da Terra Indígena.

A Secretária municipal da educação, Raquel Teles de Souza, destacou que "além de Cacique Doble atender a lei, cuja responsabilidade da educação infantil é municipal, a obra tem um impacto social muito grande." A secretária ressaltou que o município é um dos poucos que tem feito investimentos dentro da terra indígena, atendendo a sua cultura sendo uma forma de manter vivo os costumes".

Fonte:

Rádio Poatã

Governador de Tocantins entrega patrulhas mecanizadas a comunidades indígenas
SÍTIO O REPÓRTER DO ARAGUAIA, 07.03.2014



O governador em exercício do estado de Tocantins Sandoval Cardoso no ultimo dia 03 de março esteve na cidade de São Félix do Araguaia – MT, acompanhado de sua comitiva para a solenidade de entrega das Patrulhas Mecanizadas Agrícola 0 km (02 Tratores, 02 grades aradoras e 02 Plantadeiras), destinadas às aldeias, Santa Izabel do Morro, Macaúba e Fontoura, devido à dificuldade de atravessar o equipamento para aldeia foi solicitado pela comitiva que a cerimônia fosse realizada na cidade de São Félix do Araguaia.

De acordo com o governador em exercício pelo estado do Tocantins Sandoval Cardoso agradeceu em nome do governador Siqueira Campos. Segundo o governador é uma satisfação entregar a chave dos maquinários a nação indígena que merecem carinho e uma atenção especial. “O governador Siqueira Campos conseguiu um investimento de quatrocentos milhões na área da saúde, hoje não temos mais pacientes nos corredores. Pra mim é uma realização um compromisso honrado, trazendo as Patrulhas Mecanizadas Agrícola que irá proporcionar todas as aldeias. A Secretaria da Agricultura irá contribuir com o óleo diesel. Agradeço o prefeito municipal de São Félix do Araguaia José Antonio de Almeida (Baú) que nos recebeu muito bem”, disse o governador.

José Antonio de Almeida (Baú) Prefeito de São Félix do Araguaia – MT, disse que foi uma honra
CONT.



receber o governador do estado de Tocantins Sandoval Cardoso e sua comitiva, isso vieram proporcionar um momento importante as comunidades indígenas. "O Governador Siqueira Campos já é um grande conhecido nosso, lutador pela TO-500 e nossa esperança. Pela primeira vez na história estamos unidos com a nação indígenas apoiando a abertura da rodovia TO-500. Infelizmente o Brasil é um contra-senso quando é para nação avançar, reuni-se inimigos dessa grande nação brasileira e nos segura pelo pé não deixando as coisas avançar. Com a TO-500 (BR-242), mudaria toda logística dos estados de Mato Grosso e Tocantins, trazendo mais riqueza e benefícios, não só para os dois estados, mais principalmente a nação indígena, que luta com tanta dificuldade, infelizmente existe indigenista que fica defendendo tese e o nosso povo sofrendo na pobreza e na dificuldade e passando por muitos momentos difíceis", finaliza o prefeito Baú

O vereador da cidade de Lagoa da Confusão – TO, Ywro Karajá, agradeceu Deus em primeiro lugar, criador da terra, o prefeito Baú pela recepção dos líderes Karajá e o governador Sandoval e sua comitiva. Na oportunidade cobrou do Deputado José Geraldo o Campo de futebol. Ywro agradeceu Siqueira Campos por ser um grande lutador pelo pobre ou rico e fundador do estado de Tocantins. Antes dizíamos "Nós não temos máquinas por isso falta farinha, e agora o que vou falar? Qual a desculpa que vou arrumar dar? Que vai faltar o óleo diesel". Concluiu.

Já o Deputado estadual pelo estado de Tocantins – José Geraldo – disse que foi uma alegria muito grande falar para comunidade indígena em São Félix do Araguaia. "Estamos unidos em prol da TO-500 lutando por um só objetivo e em busca da realização desse sonho para o bem de todos. Que a produção possa ampliar gerando emprego e renda e bem estar para todos", finaliza.

Segundo o Deputado Estadual de Mato Grosso - Baiano Filho, os tempos tem feito com que a população entenda que é importante valorizarmos as comunidades indígenas isso tem ocorrido não da forma como é necessário talvez, mas os avanços estão acontecendo esse é um exemplo. "Parabenizo o governador Sandoval por atender a comunidade indígena e dizer que nós mato-grossenses se pudéssemos votar duas vezes e em outro estado iríamos pular o rio e votar no Siqueira Campos de novo. E não falo isso para agradar, mas sim de coração", disse o deputado.

Para o prefeito interino de Lagoa da Confusão, Omar Lopes, que substitui o prefeito Neto Lino, afirma que a Patrulha mecanizada agrícola entregue pelo governador Sandoval Cardoso ocorrem num momento muito importante, no sentido de garantir apoio às populações das aldeias.

A Deputada Federal do Estado De Tocantins – Professora Dorinha; falou do seu orgulho ao acompanhar a comitiva do governador Sandoval Cardoso e da importância em participar da entrega das Patrulhas Mecanizadas Agrícola aos indígenas. "Quanto ao pedido do vereador Ywro, que está preocupado com o óleo diesel, irei procurar administrador regional da FUNAI, Cleso Fernandes de Moraes e cobrar dele que ajude a população indígena com óleo diesel, dando melhores condições de trabalho com qualidade de vida a população indígena.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 42./ 2014

Brasília, 07 de março de 2014.

As Patrulhas Mecanizadas Agrícola dará impulso às atividades no campo aos habitantes locais e o principal objetivo é promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares nas aldeias, garantindo geração de renda. O fortalecimento da agricultura auxilia no desenvolvimento no setor produtivo para as aldeias.

A cerimônia aconteceu na Avenida Araguaia no Caís da cidade as margens do rio Araguaia.

A cerimônia contou com a presença das seguintes autoridades:

Prefeito de São Félix do Araguaia – MT – José Antonio de Almeida (Baú), Governador em exercício do estado de Tocantins – Deputado Estadual e Presidente da Assembléia Legislativa – Sandoval Cardoso e a Primeira Dama Marcela, Prefeito em exercício de Lagoa da Confusão – Omário Lopez, Prefeito Licenciado de Lagoa de Confusão – Neto Lino, Prefeito de Porto Alegre do norte – MT – Emival Gomes de Freitas, Vereadores de Lagoa da Confusão - MT – Ywro Karajá, Gel Lino, Ronaldinho, Vereadores de São Félix do Araguaia – Sílvio Bento Leal (PMDB) e Marcos Miranda (PP), Vereador de Porto Alegre do Norte – MT - Joel, Deputado Estadual do Estado de Tocantins – José Geraldo, Deputado Estadual de Mato Grosso – Baiano Filho, Deputada Federal do Estado De Tocantins – Professora Dorinha, Capitão da Marinha do Brasil de São Félix do Araguaia - Comandante Rocha. Líderes Indígenas e representantes das comunidades - Cacique da Aldeia Santa Izabel - Sansão Karajá, Cacique da Aldeia JK - Paulo Krunaré, Cacique da Aldeia Iribiá - Bizohana Karajá, Cacique da Aldeia Fontoura - Tahoana, Professor Daniel Coxini, Idiahina e Alfredo Karajá.



Inscrições para os 83 Grupos de Trabalho da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia terminam dia 10

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.03.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Termina segunda-feira, 10 de março, o prazo de inscrição e submissão de resumos para os 83 Grupos de Trabalho da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, que será realizada pela ABA de 3 a 6 de agosto em Natal, Rio Grande do Norte. Dentre eles, o GT 14 tem por tema “Antropologia, arqueologia, colonialismo e licenciamento ambiental”. Coordenado por Jorge Eremites de Oliveira (Universidade Federal de Pelotas) e, Carlos Xavier de Azevedo Netto (Universidade Federal da Paraíba), ele vai discutir questão atual e urgente:

A partir dos anos 1990 houve um expressivo aumento da participação de antropólogos, arqueólogos e outros cientistas sociais na realização de trabalhos “de contrato” no Brasil e em outros países da América do Sul. Esta situação é verificada após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Saíamos de um regime de exceção (1964-1985) e testemunhávamos o gradual reordenamento do papel do Estado Brasileiro, a retomada do crescimento econômico no âmbito da mundialização do capital, a expansão do ensino superior e a mudança na legislação nacional e internacional ligada, por exemplo, ao licenciamento ambiental, à preservação do patrimônio cultural e aos direitos dos povos indígenas e tribais. A situação é observada na produção de laudos voltados para o licenciamento ambiental de empreendimentos como usinas hidrelétricas, PCH’s, linhas de transmissão de energia, rodovias, mineradoras etc.

Neste sentido, a proposta deste GT é a de oportunizar o debate sobre o papel da antropologia, arqueologia e campos afins para o licenciamento de projetos desenvolvimentistas que afetam a vida de povos e comunidades culturalmente diferenciados. Um dos desafios em comum tem sido refletir criticamente sobre a relação entre licenciamento ambiental, colonialismo e ciências sociais, incluindo o papel das agências reguladoras desses licenciamentos, tais como IPHAN, IBAMA e agências ambientais e patrimoniais estaduais.

No dia 10 se encerra também o prazo para a proposta de minicursos e oficinas. As temáticas e as ementas dos GTs, assim como diversas outras informações, estão disponíveis na página da 29ª RBA (<http://www.29rba.abant.org.br/>)(clique).